

O Vietnã volta a estar em foco

Amaury Porto de Oliveira

Novembro de 2006 foi um mês de glória para o Vietnã. No dia 7, o país foi afinal aceito na OMC, após quase doze anos de negociações. E no dia 18, abriu-se em Hanói a sessão anual da APEC, com a presença dos Presidentes dos EUA e da China e mais uma coorte de Chefes de Estados e de Governos. O acordo que permitiu o ingresso formal na OMC foi concluído em Genebra, a 26 de outubro, e passa por incluir as exigências mais rigorosas até hoje cobradas de um candidato à organização. Hanói concordou, entre outras coisas, em permanecer numa lista de economias ditas “não de mercado”, que dificulta ao país defender-se de eventuais acusações da prática de *dumping* e da qual poderá ter de esperar anos para ser retirado.

O Vietnã tem 84 milhões de habitantes e uma renda per capita de apenas 640 dólares, menor do que a do Sri Lanka e da Indonésia. Continua a ser um dos países mais pobres da Ásia, o que não é de surpreender quando se recorda a devastação a que foi submetido pela aviação dos EUA. Nenhum país do Sudeste Asiático pagou mais caro do que o Vietnã para garantir sua independência nacional. O General Westmoreland ameaçou mais de uma vez levá-lo de volta à Idade da Pedra, e trabalhou duro para isso. Basta lembrar a *Operation Ranch Hand*, no curso da qual aviões americanos espalharam sobre campos e matas

vietnamitas 40 milhões de litros do agente alaranjado, 20 milhões de litros do agente branco e 8 milhões do agente azul. Dados oficiais de Hanói estimam que 2,2 milhões de hectares de florestas e campos de cultivo, 20 milhões de metros cúbicos de madeiras de valor comercial, 135 mil hectares de plantações de borracha e 300 milhões de toneladas de alimentos foram perdidos, em consequência dessa operação e outras no gênero.

Apesar desse legado, o Vietnã está crescendo a 7,5% por ano desde 2001, e poderá alcançar 8% em 2006. A expectativa de vida deu um salto nas duas últimas décadas, e a mortalidade infantil desabou. O país ostenta uma das mais altas taxas de alfabetização do mundo. Quase três quartos das crianças em idade de frequentar o ensino médio estão efetivamente matriculadas. Estudos do Banco Mundial acentuam o caráter altamente igualitário do crescimento econômico do país.

Fazendo um pouco de história, vale recordar que os viets, assim como os tais (os tailandeses de hoje), são povos descidos há muito tempo da China e que levaram adiante, na periferia do colosso chinês, um lento processo de consolidação de Estados nacionais. Ambos revelaram, desde o início, tendências expansionistas e dominadoras. Lutaram muito entre si, provocando a ruína, sob o fogo cruzado das respectivas ambições, do Império Khmer, sede entre os séculos VII e XII da Era Cristã da brilhante civilização angkoriana. No século XIX, os colonizadores franceses sobrepuseram-se às disputas entre tais e viets, criando para o uso deles, franceses, o conceito da Indochina: a agregação administrativa das terras vietnamitas com o Laos e o

Amaury Porto de Oliveira é diplomata aposentado, ex-embaixador do Brasil em Cingapura e membro do Grupo de Conjuntura Internacional da USP (GACINT).

Camboja. A Tailândia (Sião) permaneceu independente.

De um modo geral, a colonização europeia teve importantes efeitos espaciais e demográficos sobre todo o Sudeste Asiático. Introduziu-se a prática do desflorestamento em larga escala, a fim de criar espaço para as plantações coloniais a serviço do mercado internacional. A mineração do estanho alterou a distribuição da ocupação humana em amplas áreas, somando-se ao *agribusiness* na exigência de estradas-de-ferro e portos modernos. Pântanos foram secados e velhos rios tiveram os seus cursos alterados para permitir o aparecimento de bolsões dedicados ao cultivo do arroz. Todas essas atividades provocaram o influxo de levadas e levadas de imigrantes chineses e indianos, com consequências de monta para a estruturação social e a distribuição da riqueza nos países da área. Particular importância adquiriram, a este último respeito, as minorias chinesas.

O Vietnã está hoje firmemente integrado na ANSEA, a Associação das Nações do Sudeste Asiático, que no entanto foi criada, em 1967, com um forte viés de oposição ao Vietnã comunista. Em 1975, após derrotarem sucessivamente a França e os EUA, os “vietcongs” unificaram seu país e provocaram uma observação do Primeiro Ministro de Cingapura, Lee Kuan Yew, para quem “não havia no Sudeste Asiático composição de forças capaz de deter os vietnamitas”. Eles tentaram de fato restaurar sob seu controle a velha Indochina, começando por ajudar, ainda em 1975, a fundação da República Democrática Popular do Laos. A situação complicou-se, porém, do lado do Camboja, e o Vietnã terminou por invadir militarmente esse país, em dezembro de 1978, a fim de depor o regime ultra-radical de Pol Pot e instalar um governo amigo. A Guerra do Camboja iria estender-se por mais de onze anos como um dos conflitos mais típicos da Guerra Fria, até a reunião em Paris, a 23 de outubro de 1991, da Conferência Internacional sobre o Camboja, da qual saiu

O Vietnã continua a ser um dos países mais pobres da Ásia, o que não é de surpreender quando se recorda a devastação a que foi submetido pela aviação dos EUA. Nenhum país do Sudeste Asiático pagou mais caro do que o Vietnã para garantir sua independência nacional.

um acordo de paz aprovado quatro meses mais tarde pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. As acomodações pós-Camboja, no Sudeste Asiático, deram ensejo a que a ANSEA se constituísse em organização efetivamente regional, abarcando todos os dez países da área.

A República Socialista do Vietnã (RSV) tem trajetória muito próxima da da República Popular da China (RPC). Originaram-se ambas de movimentos políticos fundados na década dos 1920, como parte da Terceira Internacional leninista, e têm em comum o fato de nunca se terem enquadado nos esquemas estratégicos dos EUA para a Ásia.

Numa primeira fase, as opções econômicas da RSV foram semelhantes às da fase maoísta da RPC, e em meados da década dos 1980 o Vietnã introduziu reformas, conhecidas como *dói moi*, refletindo a busca iniciada na China, por Deng Xiaoping, pela criação de uma economia de mercado sem necessidade de reforma do sistema político. Em abril de 2006, o X Congresso do Partido Comunista do Vietnã (PCV) adotou novo plano quinquenal, com o objetivo de tornar o Vietnã um país industrial moderno até a altura de 2020. Eu procurarei, a seguir, fornecer um resumo do que já fizeram e pretendem fazer os vietnamitas em direção a tal objetivo.

Retornarei ao ano de 2001, que pode ser visto como o de uma nova partida para o Vietnã, após fase de mau desempenho econômico provocado entre outras causas pela crise financeira asiática do final da década dos 1990. Em março de 2001 reuniu-se o IX Congresso do PCV e uma série de ajustes de personalidades puderam ser ali feitos, de maneira a melhor equacionar o duplo dilema que vinha emperrando o processo *dói moi*: (i) como obter progresso e segurança em cooperação com os ocidentais sem antagonizar a China; (ii) como estimular comércio e investimentos do Ocidente sem enfraquecer a determinação do regime de levar adiante as reformas, mantendo a intocabilidade do partido.

Uma das chaves para o período de prosperidade iniciado em 2001 foi o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA. Bill Clinton foi o primeiro Presidente americano a decidir enfrentar os grupos domésticos que impediam uma aproximação com o Vietnã. O mais vocal desses grupos era a associação das “Filhas da Revolução Americana”, com grande peso eleitoral, e que agitava o problema artificial dos “Desaparecidos em Ação”. Insistia esse movimento na necessidade de o governo vietnamita fornecer prova cabal do destino de soldados americanos, cujos

corpos não tivessem sido recolhidos durante a guerra. A não ser que se exibissem a ossada e o local do sepultamento, levantava-se a suspeita de que o soldado estava vivo e usado como escravo em algum empreendimento do Vietnã comunista. Logo no início do seu governo, Clinton encarregou o General John Vessey de discretas mis-

sões no Vietnã, e o problema dos desaparecidos foi sendo contornado. Em 1995, foi aberta a Embaixada dos EUA em Hanói e, em novembro de 2000, o próprio Clinton visitaria oficialmente aquela capital. Após longas negociações, começaria a ser implementado, em 2002, um Acordo Comercial Bilateral que daria grande impulso às exportações vietnamitas para os EUA, mas sem deixar de provocar disputas comerciais, que figuraram entre os embaraços para o ingresso do Vietnã na OMC. Desdobramento positivo da normalização das relações com os EUA foi a abertura de canais para a participação, na obra de construção

nacional, da importante diáspora dos *vietkieus*. Refugiados da época da guerra, muitos deles enriqueceram nos EUA e suas remessas para a velha pátria vêm alcançando mais de um bilhão de dólares por ano, além de contribuições diretas sob a forma de aberturas de empresas de alta tecnologia.

As relações com a China estão atravessando fase tranqüila e construtiva. Sem deixar-se enfeudar pelo “grande irmão do Norte”, o Vietnã mostra-se discípulo atento das soluções que vai encontrando a China para a edificação de um socialismo de mercado e para o relacionamento com as forças transnacionais definidoras da globalização. Firms globais começam a responder aos incentivos que lhes oferece Hanói e a instalar-se no Vietnã. Exemplo recente foi a decisão da Intel de abrir uma fábrica para pastilhas semicondutoras, na cidade de Ho Chi Minh, num investimento de 605 milhões de dólares.

Além dos incentivos fiscais e outros, dados ao capital estrangeiro, o governo de Hanói tem dedicado especial atenção à consolidação da infraestrutura material do país. Tanto a administração central quanto as provinciais criaram instituições especializadas na coleta de fundos, de diversas procedências, e no fornecimento de assistência técnica para projetos específicos de infraestrutura. Entre 9 e 10 por cento do PIB vão sendo investidos nesses projetos, voltados para os transportes, a produção de energia,

Uma das chaves para o período de prosperidade iniciado em 2001 foi o estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos.

os sistemas de telecomunicações, de água e saneamento. A malha nacional de estradas mais do que dobrou, no último lustro, e toda a área urbana e 88% da área rural estão hoje eletrificadas. O crescimento da população urbana vem alcançando um milhão de novos cidadãos por ano.

O Banco Mundial levou a cabo, entre 2004 e 2006, um amplo estudo sobre “o desafio estrutural do Vietnã”, disponível na Internet. São seis volumes cobrindo exaustivamente os problemas e as realizações no tocante ao crescimento e ao gerenciamento da moderna infraestrutura do país. Não me será possível resumir aqui todo esse material, e vou dar apenas uma idéia da situação na área da geração de eletricidade. A demanda de eletricidade vem crescendo, no Vietnã, ao ritmo de 15% por ano, e o governo se vê na necessidade de introduzir novos arranjos institucionais, de maneira a permitir a expansão maciça da produção de energia e a criação de um mercado competitivo para o setor. A oferta de energia terá de dobrar nos próximos cinco anos e as medidas correspondentes estavam sendo ultimadas em começos de 2006, simultaneamente nas indústrias do carvão e dos hidrocarbonetos. As reservas de carvão já conhecidas permitirão elevar a produção dos 20 milhões de toneladas atuais para 45 milhões de toneladas, mas so-

mente a parcela de qualidade inferior poderá ser utilizada domesticamente, diante da necessidade de seguir exportando o carvão de uso metalúrgico. O Vietnã é importante produtor e exportador líquido de petróleo, havendo produzido 16 milhões de toneladas em 2004. Foi quase tudo exportado, em troca da importação de 11 milhões de toneladas de produtos petrolíferos. Quanto ao gás natural, há significativas reservas ao largo da costa, tanto de gás associado quanto de gás seco, mas ainda faltam dinheiro e tecnologia para bem aproveitá-las. Como apropriado a uma economia de tipo socialista, a produção da energia é dominada pelo Estado, mas o setor se abre gradativamente às forças do mercado. A Eletricidade do Vietnã (EVN) tem-se mostrado apta a crescer como empresa essencialmente comercial, mantendo seu orçamento separado do orçamento do Estado e incrementando laços com investidores privados, inclusive do estrangeiro. Tem-se aí um terreno no qual os vietnamitas vão sabendo extrair lições da experiência chinesa.

Além do petróleo, o Vietnã é hoje importante exportador de *commodities*: têxteis e vestuário; calçados; produtos de madeira. Tem sabido, em particular, explorar suas possibilidades na agricultura, buscando ultrapassar a Tailândia nas exportações de arroz e havendo, inclusive, dado um susto no Brasil, há alguns anos, quando apareceu como grande exportador de café. Acaba de tornar-se o maior exportador mundial de pimenta e distingue-se nos mercados internacionais de mariscos. O fluxo de mercadorias vem sendo suplementado por exportações de mão-de-obra. Há cerca de 400 mil vietnamitas trabalhando temporariamente no exterior, fonte importante de remessas de divisas. O governo fixou-se a meta de elevar em 27%, nos próximos dez anos, as exportações de produtos eletrônicos.

Globalização em tempos de liderança chinesa

A imprensa internacional vem apontando o Vietnã, neste ano de 2006, como o “tigre da vez”. A metáfora evoca o surto desenvolvimentista que percorreu o Leste Asiático, nas décadas dos 1980 e 1990, época do florescimento dos “novos países industriais” (NPI, ou NIC na sigla inglesa): Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura. Mas a situação já não é a mesma, neste início do século XXI. O rompante dos “tigres”, descrito pelos japoneses como “a revoadada dos gansos selvagens”, expressava a descida vertical pela orla asiática do Pacífico do modelo de industrialização tardia inventado no Japão da Era Meiji. No pós-Segunda Guerra Mundial, Estados desenvolvimentistas de tipo japonês foram deixados organizar a economia regional do Leste Asiático, enquanto assim interessou à *Pax Americana*. Ao tornar-se o processo incômodo para a supremacia da economia dos EUA, iniciativas de contenção começaram a ser tomadas: a “Guerra nas Estrelas”, de Ronald Reagan; a valorização forçada do iene na famosa Reunião do Hotel

Plaza, de Nova York; a crise financeira asiática de 1997. A expectativa que existia, de uma III Revolução Industrial modelada pelo Japão, cedeu lugar à visão de uma economia globalizada, em marcha para a Idade da Informação. E ganhou relevo a China, em processo acelerado de rejuvenescimento.

Sob a *Pax Americana*, os EUA pretenderam estruturar a economia do Leste Asiático abstraindo a existência da China, com os seus 9.500.000 de km² e 800 milhões de habitantes na época. Durante vinte anos, governos democratas e republicanos revezaram-se em Washington esforçando-se por implementar essa absurda pretensão. Os aliados europeus dos EUA foram compelidos a aplicar à

O Vietnã em reforma tornou-se um ímã para os capitais chineses. A economia vietnamita entrosa-se, hoje, no Círculo Chinês, um conceito historicamente mais avançado do que o da projeção pelo Leste Asiático do desenvolvimento japonês.

China proibições de transferência de tecnologia mais severas do que as em vigor para a URSS. Os ativos financeiros chineses nos EUA foram congelados e navios americanos proibidos de demandar portos da China. Países aliados foram conclamados a pôr em prática um amplo embargo comercial e de contatos pessoais com a RPC, arrastando-se para isso inclusive o Japão, com sua complementaridade natural e milenar com a China. No final dos anos de 1960, por motivos de política doméstica, os EUA começaram a repensar suas posições diante da China, e quando em 1971 a Assembléia das Nações Unidas pôs fim, por expressiva maioria, a vinte anos de recusa americana a que se entregasse ao enviado da RPC o assento da China na organização, tomou Washington a iniciativa da visita secreta a Pequim do próprio Presidente Richard Nixon. Relações diplomáticas plenas entre EUA e China iriam ser encetadas a 1^o de janeiro de 1979.

Por notável coincidência, essa data foi também o primeiro dia da entrada em vigor das “Quatro Modernizações”, o programa de reformas que Deng Xiaoping fizera aprovar pelo Comitê Central do PCC, em dezembro anterior. Era a época, ainda mais, da guinada dos NPIs asiáticos em direção ao patamar da Idade da Informação. Deng estava cercado de assessores que vinham acompanhando com grande atenção o avanço dos NPIs, três dos quais faziam parte do universo chinês. Antes mesmo da aprovação das suas reformas, Deng buscou entrosá-las com o dinamismo da diáspora chinesa na Ásia Pacífico e logo em 1979 aprofundou o movimento, através da criação de quatro “zonas econômicas especiais”, localizadas a dedo para atrair empresários de Hong Kong, Taiwan e terras do Sudeste Asiático. Pequenos e médios empresários dali foram transferindo produção para as ZEEs, dando origem à extraordinária

transformação do Delta do Rio das Pérolas na “oficina do mundo”, de que se fala hoje. Em 1992, já quase nonagenário, Deng efetuou sua famosa “viagem imperial” às províncias do Sul e Xangai, a fim de estimular os magnatas da diáspora a também investirem no progresso material da China.

Incluindo as populações de Taiwan, Macau e Hong Kong, os chineses de ultramar andavam naquela época em torno de 60 milhões de indivíduos. Deixando de lado as migrações remotas dos tais e dos viets, a diáspora atual constituiu-se nos últimos 600 anos, graças às levas de chineses que por algum motivo abandonavam o Império do Meio e iam assentar-se em terras do Sudeste Asiático ou

mais além. Estrangeiros assalariados, barados em geral de possuir terra ou exercer profissão liberal, as atividades comerciais eram as únicas possíveis para quem aspirasse subir socialmente. Muitos enriqueceram trabalhando duro e levando vida frugal. Era natural que eles se associassem em redes de informações, de crédito e de contatos sociais. Com o tempo, suas firmas familia-

res estruturaram-se numa grande malha de empresas que cooperam discretamente entre si. Está ela na base de boa parte do progresso das economias do Círculo Chinês (conceito que agrega a China continental a Taiwan, Hong Kong e Macau). É válido chamar “capitalismo internacional chinês” à imensa massa de recursos acumulados nas mãos da diáspora chinesa. Hong Kong firmou-se como a principal praça de capitalização e recirculação desses recursos.

Anteriormente a 1975, quando lutavam entre si as duas metades do Vietnã, com o Vietnã do Sul reduzido a protetorado dos EUA, eram os chineses étnicos que dominavam a economia meridional. Controlavam 80% da indústria, 50% das atividades financeiras e bancárias, nove décimos do comércio atacadista e metade do comércio a retalho. A reunificação de 1975, sob a liderança do Norte comunista, determinou num primeiro momento a tentativa dos radicais do PCV de “reeducar” o estamento mercantil, provocando a emigração atabalhoada de dezenas e dezenas de milhares de indivíduos (episódio que ficou conhecido como o dos *boat-people*). Uma das principais conseqüências das reformas *dói moi*, em 1986, iria ser a reativação da parte da minoria chinesa que não havia fugido, mas se retraía de atividades visíveis. Um censo de 1989 registrou 960.000 chineses étnicos ativos no conjunto do país, dos quais 80% no Vietnã do Sul e apenas 10.000 deles na cidade de Hanói, no Norte.

O Vietnã em reforma tornou-se um ímã para o capitalismo internacional chinês. Entre 1988 e 1993, dos sete bilhões e meio de dólares alocados a projetos de infraestrutura no Vietnã, 40% foram assumidos por capitalistas chineses da região, com predominância de investidores de Hong Kong e Taiwan. A economia vietnamita entrosa-se, assim, com a modernização do já mencionado Círculo

Chinês, conceito historicamente mais avançado do que o da projeção pelo Leste Asiático do desenvolvimentismo japonês, com os seus “tigres”. Tentando captar a essência dos dois momentos históricos que a frase anterior deixa entrever, eu direi que, nas décadas dos 1950-1970, o progresso econômico do Leste Asiático esteve subordinado à geopolítica; a partir dos anos 1980, intensifica-se a globalização e a política vai cada vez mais depender da geoeconomia. Robert Manning, um pesquisador da George Washington University, descreveu com acuidade, em artigo de fins de 1993, essa mutação histórica: “O principal fator de unificação na Ásia Pacífico é, hoje, o dinamismo econômico e tecnológico que sacode a região, dando nova forma aos interesses, expectativas e visões de segurança de toda uma geração de tomadores de decisões. A nova lógica da geoeconomia e os imperativos que fluem da importância superior atribuída às capacitações comerciais e tecnológicas defrontam-se com a lógica tradicional da geopolítica. Surgem novas oportunidades de parcerias, em contraste com as velhas atitudes, que cercavam de suspeitas a concepção da segurança nacional.”

O Vietnã de hoje é um bom exemplo dessa integração madura com o grande mundo. O ano de 1991 foi rico de

eventos que poriam o país nessa nova rota. Foi o ano do colapso da União Soviética e do conseqüente término da aliança Hanói-Moscou, em função da qual vinham-se definindo os relacionamentos internacionais do Vietnã. Em contrapartida, a assinatura em outubro de 1991 da paz no Camboja possibilitou a normalização das relações diplomáticas com Pequim, abrindo caminho para o entrosamento do Vietnã no Círculo Chinês. E a reunião do Sétimo Congresso do PCV, com a escolha de Do Muoi para Secretário-Geral, colocou à frente do país um político hábil e de visão, que logo encetaria o discreto trabalho de normalização das relações com os EUA, superando os ressentimentos que não podiam deixar de ter criado as décadas de confrontação sangrenta com os americanos.

Em suma, embora o Vietnã comece a exibir a agressividade desenvolvimentista que foi típica dos NPIs da fase do predomínio japonês, não parece apropriado falar dele como um “tigre”. Há muito mais em jogo. As opções do Vietnã têm tudo a ver com as da China, que é agora o motor do progresso na Ásia. E a boa definição para os dois países é a sugerida por Manuel Castells: um Estado revolucionário-desenvolvimentista.